



Ata N.º 6/2017

Reunião Ordinária

Ao quinto dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezassete, no Edifício da sede da União das Freguesias de Castro Verde e Casével, compareceram José de Brito Silva Martins, Fernanda Guerreiro Santos Felício e Paula Cristina Guerreiro Palma Escorrega, respetivamente Presidente, Tesoureira e Secretária da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castro Verde e Casével, a fim de realizar a sexta reunião ordinária do corrente ano deste órgão autárquico.

ABERTURA

Esta reunião teve o seu início às 18 horas, com a presença de todos os membros.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Depois de lida pelo Sr. Presidente da União das Freguesias, foi a ata aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÕES

Deliberado atribuir à Associação “Jangada D’Exemplos”, um subsídio no valor de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros) para fazer face as despesas com as Festas de Verão nos Aivados e celebrar o contrato com a EDP para o fornecimento de energia.

Deliberado adjudicar a limpeza com a roçadoura na área envolvente à vila de Casével, ao senhor André Palma

Deliberado abrir concurso para a contratação dos artistas para as Festas de Casével a realizar nos dias 4,5 e 6 de Agosto do corrente ano.

Deliberado proceder a mobilidade interna, intercarreira de duas trabalhadoras, conforme a proposta anexa.

BALANCETE DE MAIO/2017

Foi presente a esta reunião o balancete do mês de Maio de 2017, conforme se descrimina:

Balancete	
Caixa - Numerário	682,01€
Caixa Geral Depósitos - Ordem	151.040,51€
Millennium bcp - Ordem	43.070,69€
Caixa Agrícola – Prazo 1	150.120,60€
Caixa Agrícola – Prazo 2	100.070,52€
Total das Disponibilidades	444.984,33€
Operações Orçamentais	429.036,16€
Operações Não Orçamentais	15.948,17€
Movimento Total de Tesouraria	444.984,33€

E nada mais havendo a tratar, foi de seguida encerrada a sessão, da qual e para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os presentes.

A Junta de Freguesia

Fernando Guerreiro Santos Feijó
Paula Cristina Guerreiro Palma Escoto



PROPOSTA

Com a possibilidade da delegação de competências dos municípios nas freguesias, efetuada através de *contratos interadministrativos* e *acordos de execução*, pf. do disposto no artº 116º e ss. do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, segundo o novo regime jurídico das atribuições e competências das freguesias, previa o legislador que tal iria contribuir para a promoção e coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações, dado a proximidade dos eleitos das freguesias e ainda a racionalização dos recursos disponíveis: humanos, materiais e financeiros, bem como uma maior eficácia, eficiência e economia para os serviços das autarquias envolvidas;

Acontece que dos vários recursos a disponibilizar face às novas competências das freguesias, a cedência de alguns recursos humanos (técnicos, de apoio instrumental e operativos), seria decisivo no êxito desta intenção de descentralização de competências, coisa que não aconteceu, e segundo informações transmitidas pelos responsáveis políticos dos municípios por carência de pessoal com que estes se deparavam;

Efetivamente não tendo havido lugar a uma transferência de competências, mas sim de uma descentralização ou delegação de competências, podendo amanhã estes *contratos interadministrativos* e *acordos de execução* cessar, regressando de novo para a responsabilidade do município, contratar trabalhadores por tempo indeterminado seria muito “arriscado” no futuro, situação que imediatamente podia colocar em causa a capacidade financeira da freguesia;

Considerando que *respeitamos o princípio do equilíbrio orçamental*, cf. o disposto no artº 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro;

Considerando que estão reunidos os pressupostos cumulativos à abertura do procedimento:

- ✓ Postos de trabalho previstos no Mapa de Pessoal e correspondentes lugares vagos;
- ✓ Classificação económica criada no orçamento com saldo disponível;
- ✓ Que após consulta ao INA respondeu a entidade o seguinte: “ *Em resposta ao solicitado no email infra, e para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informamos V. Exa. do seguinte: “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência,*

em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com o perfil adequado”;

Assim, face ao exposto, e no uso da competência deste Órgão Executivo, pf. do disposto no artº 19º-e) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do artº 30ª da Lei do Trabalho em funções Públicas aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, cumpre-me propor a V. Ex.ªs:

1º A contratação de 2 (dois) trabalhadores, na carreira e categoria de *Assistente Operacional*, com um *contrato a termo resolutivo incerto*, ao abrigo do disposto no artº 57º/1-h) e i), da (LTFP), para as funções constantes no Mapa de Pessoal, dado o aumento de competências que ficaram afetas à Freguesia por força dos contratos estabelecidos entre as duas autarquias;

2º Para além do procedimento se considerar restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, tratando-se de um recrutamento para dois trabalhadores com vínculo precário, ser natural que fique deserto, admitamos desde logo a hipótese da sua abertura a cidadãos sem vínculo de emprego público, por autorização da Junta de Freguesia, conferida nos termos do mencionado artº 30º/5 da LTFP, uma vez que poupamos recursos se o aviso de abertura desde logo admitir essa possibilidade;

3º Que o júri do procedimento tenha a seguinte constituição:

Presidente – Ana Paula Belchior de Sousa Vilhena;

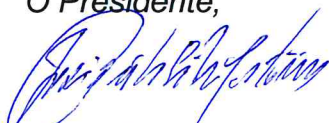
Vogais efetivos – Maria Rosa Fatias Olímpio e Carla Isabel Belchior Marques;

Vogais suplentes – Isabel Fatias Benvinda Guerreiro e José Luís Reis Revés Álvaro;

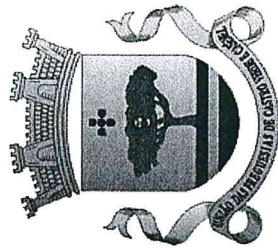
Substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos, o vogal indicado em primeiro lugar dentro dos efetivos.

Castro Verde, 31 de maio de 2017

O Presidente,



/José de Brito/



União das
Freguesias de

CASTRO VERDE E CASÉVEL

MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017
(art. 5º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/Carreira/Categoria	Área formação académica e/ou profissional	Postos Trabalho		
				P	AP	Total
União da Junta das Freguesias Castro Verde e Casével	Serviços Administrativos	Assistente Técnico	Administrativo	0	2	2
	-Higiene e limpeza	Assistente Operacional	Auxiliar de serviços Gerais	1	3	6
	-Apoio administrativo geral/reprografia		Auxiliar administrativa	2		

ao Passen Pass
Sa vai Pass
Nivel de m. 10

Legenda:

P- lugares providos

AP- lugares a prover

Aprovado em reunião de Junta 5 / 12 / 2016

Aprovado em Sessão de Assembleia da União das Freguesias 22 / 12 / 2016

Rosa - 647,20 - 4/3 -
Carmo - 557,00
Carmo - 583,58



PROPOSTA

Considerando que as trabalhadoras, Maria Rosa Fatias Olímpio e Carla Isabel Belchior Marques, na carreira de Assistente Operacional vêm exercendo tarefas de natureza administrativa como assistentes técnicas nesta Autarquia;

Considerando haver a possibilidade da mudança das trabalhadoras para carreira diferente daquela que ocupam presentemente, através do instituto da mobilidade intercarreira, ao abrigo do disposto no artº 92º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, adiante (LTFP), na medida que estas vêm desempenhando funções de maior responsabilidade ao nível das suas competências;

Considerando que há razões de interesse público quanto aos fatores de economia, eficácia e eficiência, na medida em que dispensamos o recurso à contratação de outros trabalhadores para a função que está em causa, dado que estas vêm sendo desempenhadas pelas trabalhadoras com total competência e sentido de responsabilidade e zelo pelo bom funcionamento dos serviços;

Assim, face ao exposto, ao abrigo do disposto no artº 92º da LTFP e no uso da competência que lhe confere o artº 19º-e) do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de fevereiro, proponho a este Órgão Executivo a mobilidade interna, intercarreira, pelo período de 18 (dezoito) meses das trabalhadoras abaixo indicadas no mapa que se segue:

Nome	Carreira atual	Mobilidade	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Maria Rosa Fatias Olímpio	Assistente Operacional	Assistente Técnica	5ª 1ª	5ª
Carla Isabel Belchior Marques	Assistente Operacional	Assistente Técnica	1ª	5ª

Castro Verde, 31 de maio de 2017

O Presidente,


José de Brito Silva Martins/

*Deliberada a proposta
pela remuneração -
proposta proposta, com
efeito a partir de 1 de
junho de 2017.*


5.06.2017